



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 5ª VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo: 08032554620218150181

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADRIANA MAURICIO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **QFV8326**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

PERCEBA EXA., QUE A PARTE AUTORA PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO, NÃO PROMOVEU O PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO REFERENTE AO ANO CIVIL DO ACIDENTE, ANO DE 2018, ESTANDO ASSIM INADIMPLENTE COM O PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO, VEJAMOS:

Seguro DPVAT

Consulta a Pagamentos Efetuados

Sua busca por placa: QFV8326 UF: PB CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento				
2020	R\$12,30	Quitado					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data Pagamento</th> <th>Valor Pago</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>07/12/2020</td> <td>R\$12,30</td> </tr> </tbody> </table>				Data Pagamento	Valor Pago	07/12/2020	R\$12,30
Data Pagamento	Valor Pago						
07/12/2020	R\$12,30						
2016	R\$292,01	Quitado					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data Pagamento</th> <th>Valor Pago</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>10/02/2017</td> <td>R\$292,01</td> </tr> </tbody> </table>				Data Pagamento	Valor Pago	10/02/2017	R\$292,01
Data Pagamento	Valor Pago						
10/02/2017	R\$292,01						

(*) Metadados

ACOMPANHE O PROCESSO

Visualizar Imprimir

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DETRAN - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
 Nº 013136347756
 DATA: 20170200002036-9
 VIA: 1 0110816614-5 00/00000000 2016
ADRIANA MAURICIO
 97811653400 QFV8326/PB
 NOVO PB 9C2KC1680FR225151
 PAS/MOTOCICLE/NAO APPLIC COMBUSTIVEL: ALCO/GASOL
 HONDA/CG150 FAN ESDI 2015 2015
 COR PREDOMINANTE: VERMELHA
 2- P/149 /CI PARTIC VENCIMENTO: 07/02/2017
 IPVA PAGO EM 00/00/0000
 A.F BANCO HONDA S.A
 GUARABIRA - PB 09/02/2017 16497

PB Nº 013136347756 BILHETE DE SEGURO DPVAT
ADRIANA MAURICIO
 ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
 PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
 AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
 97811653400 www.seguradoralider.com.br QFV8326/PB
 SAC DPVAT 0800 072 1204
 2016 09/02/2017
ADRIANA MAURICIO
 97811653400 QFV8326/PB
 01108166145 HONDA/CG150 FAN ESDI
 2015 9 9C2KC1680FR225151
 SEGURO PAGO
 SEGURADORA LÍDER - DPVAT
 CNPJ 08.248.608/0001-04
 16497-0957010-20170209

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi negado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito graduou a lesão avaliada e utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Entretanto, conforme apresentado na peça de bloqueio, não há que se falar em indenização a parte autora, haja vista a INADIMPLÊNCIA do seguro DPVAT, motivo pelo qual a seguradora não possui a obrigação de indenizar.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, bem como a INADIMPLÊNCIA DO SEGURO DOVAT, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 11 de abril de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB